

Segurança, sustentabilidade e finanças na pauta do Fórum dos Hotéis Cinco Estrelas

Os gerentes dos hotéis cinco estrelas do Rio participaram da última reunião do Fórum dos Hotéis Cinco Estrelas, realizada no Hotel Miramar by Windsor, em Copacabana, nesta terça-feira, 18 de novembro, onde foram recebidos pela diretora Marcela Grille e pelo gerente geral Willliam Rodrigues.

O evento, conduzido pelo presidente do HotéisRIO, Alfredo Lopes, contou com a participação de Barão Henrique Tozini, da TNDV Group, consultoria econômica que abordou questões tributárias, incluindo a possibilidade de recuperação de créditos via PIX sobre despesas com Hortifruti, carnes não processadas e outros itens da cesta básica.

A pauta também incluiu temas como a cartilha de segurança disponibilizada pela Setur-RJ, parceria com a Associação de Imprensa Estrangeira para a geração de pautas positivas para o turismo no Rio e a ocupação durante o Réveillon e o Carnaval, além de um projeto de tecnologia para identificar e prevenir ocorrências de segurança, que estará disponível exclusivamente aos associados do HotéisRIO, mediante adesão voluntária.



Entre os assuntos, o Réveillon 2026 foi debatido entre os cinco estrelas do Rio



O presidente do HotéisRIO, Alfredo Lopes, ao centro, com a diretora dos Hotéis Windsor, Marcela Grille, e Eduardo Freitas

O presidente compartilhou a agenda do HotéisRIO, que inclui reunião com a Riotur sobre Réveillon, e convidou os associados a participa-

rem do concurso interno de decoração natalina da entidade.

Estiveram presentes ao encontro o delegado Eduardo Freitas, do 5º DPA,

e também representantes da Rico Transmissão H2V, Victor Hugo Ticco e Celso José Pires, que apresentaram serviços de eficiência energética.



Encontro de novembro foi realizado no Hotel Miramar by Windsor, em Copacabana

Conselheiro do TCMRio, Nestor Rocha participa da COP 30

O Conselheiro do Tribunal de Contas do Município do Rio, Nestor Rocha, participou, no último final de semana, de um encontro de líderes na COP 30, no Pará.

Esteve prestigiando o “Sistema Tribunais de Contas”, que está presente na conferência mundial promovendo um estande na Zona Verde com diálogos e palestras,

com foco em temas como meio ambiente, justiça climática e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Entre os encontros em Belém,

ligados ao Tribunal de Contas do Estado do Pará, Nestor Rocha esteve com os ministros do Turismo, Celso Sabino, e das Cidades, Jader Filho.



Conselheiro Do TCMRio, Nestor Rocha entre os irmãos Celso Sabino, Ministro do Turismo; e o Conselheiro do TCE do Pará, Cipriano Sabino



O prefeito de Belém, Igor Normando (e); o conselheiro do TCMRio, Nestor Rocha; e o ministro das Cidades, Jader Filho (d)



Nestor comemorou com os colegas os trinta anos do preservale, cujas ações tem muita identidade com a COP 30



O presidente do Tribunal de Contas do Pará, Fernando Ribeiro, com Nestor Rocha



O casal, a jornalista Liliana Rodriguez e Nestor Rocha, conselheiro do TCMRio

PINGA-FOGO

■ MASTER FOI LIQUIDADO NA VÉSPERA DE REPASSAR R\$ 3 BILHÕES DE PRECATÓRIOS PARA O RIOPREVIDÊNCIA - A liquidação do Banco Master ocorreu na véspera da solução do caso do Rioprevidência. O contrato que repassava para o instituto R\$ 3 bilhões em precatórios, que com deságio cobriria os R\$ 960 milhões. Os investimentos em Letras Financeiras do Banco Master foram realizados entre novembro/2023 e julho/2024, seguindo todos os ritos formais e inteiramente enquadrados na Resolução CMN nº 4.963/2.021. Naquele período, essa posição representava apenas 4,5% do total dos recursos do Rioprevidência e seguiu à risca os limites do Plano Anual de Investimentos aprovado previamente pelo CONAD.

■ A primeira reação do Governo do Rio foi tranquilizar os inativos que foram bombardeados pela desinformação da mídia - que falava em uma exposição três vezes maior -, que não haverá nenhum impacto nos pagamentos das aposentadorias. Aliás, o jornalista Ricardo Bruno, da Agenda do Poder, foi o primeiro a tranquilizar os inativos com uma nota que colocou ordem na casa.

■ Quando o negócio foi feito, o Banco Master era então uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, sendo o BACEN o órgão responsável por fiscalizar, supervisionar e identificar eventuais irregularidades no sistema bancário. Além disso, para receber recursos de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), o Master precisava constar na lista oficial de instituições habilitadas pelo Ministério da Previdência, o que sempre ocorreu e na época das aplicações, o Banco Master S.A. detinha classificação de risco de crédito de “grau de investimento” — rating nacional de longo prazo “A-”, atribuído pela Fitch Ratings, atestando solidez financeira e a credibilidade institucional. As aplicações foram realizadas em conformidade com todos os regramentos vigentes à época e de acordo com o Plano Anual de Investimentos, que foi aprovado pelo Conselho de Administração da Autarquia.

■ As Letras Financeiras contratadas pelo Rioprevidência ofereciam rentabilidade média de IPCA + 8%, garantindo desempenho acima da meta atuarial e acima da média paga para títulos públicos federais. Atualmente, o Rioprevidência possui R\$ 960 milhões aplicados em ativos finais emitidos diretamente pelo Banco Master, sendo essa a única exposição direta ao emissor. Toda a operação de investimentos em Letras Financeiras foi acompanhada pela equipe da Diretoria de Investimentos, composta por profissionais com currículo de excelência, altamente experiente.

■ Com as matérias na mídia e o fracasso da tentativa do negócio com o BRB, o Instituto negociou o recebimento de preparatórios, o que reduziria o risco e ainda poderia ser um bom negócio para o Rioprevidência. Quando o liquidante do Master, Eduardo Felix Bianchini, for despachar na sala da diretoria do Banco, um dos documentos que encontrará — e que estava pronto para assinatura — será o contrato que repassava R\$ 3 bilhões em precatórios para cobrir os R\$ 960 milhões do instituto.

■ ‘LA NAVE VA’ NA CVM - Enquanto o Banco Central age na liquidação do Banco Master, o presidente interino da CVM, Otto Lobo, e seu braço direito, o diretor João Accioly, cancelaram todas as agendas oficiais no Brasil e embarcaram para um “road show” de uma semana em Nova York.

■ A viagem, custeada pela CVM, pegou de surpresa a área técnica da autarquia. Isso porque os dois diretores cancelaram todos os compromissos oficiais, inclusive a Reunião do Comitê de Gestão Estratégica, principal encontro do calendário da CVM para temas de gestão.

■ O “road show” acontece ao mesmo tempo em que um inquérito contra o Banco Master adormece nas gavetas da autarquia. O processo não anda desde que João Accioly pediu vistas, em maio, e não retornou. Agora, depois da ação do BC, já deverá ter perdido o objeto.

Fernando Molica

A masterclass da bandalheira

Se eu soubesse desenhar, faria uma ilustração que remetia às fotos dos corpos, enfileirados, de mortos na operação policial nos complexos do Alemão e da Penha. No lugar dos cadáveres de cuecas haveria, principalmente, sujeitos de terno e gravata, políticos e empresários que correm o risco de virarem vizinhos de cela de Jair Bolsonaro.

Desenharia também rapazes e moças vestidos com os coletes que identificam funcionários de fintechs e corretoras que, em troca de polpudas comissões, empurravam papéis do Master para clientes comuns; eles de sapatênis, elas de scarpins. Ocupavam posições secundárias no esquema criminoso, mas não podem ser esquecidos. Os que aceitaram investir nos títulos do Comando Azul e Prata também

seriam representados no desenho; homens e mulheres comuns, vítimas do golpe. No lugar da Igreja da Penha ficaria o logotipo do banco, um M imenso coroado por um pequeno e bandeiroso triângulo pousado sobre uma das pernas da letra inicial do nome do Master: da pequena pirâmide saíria uma luz mortíça, que iluminaria os mortos.

As primeiras informações divulgadas sobre a decisão do Banco Central de liquidar o Master indicam, além de um escândalo econômico, um outro de viés político. O caso parece ser um daqueles que deveriam ser usados de maneira didática, capazes que são de mostrar como funciona boa parte da vida política e institucional no País. Rende, com perdão do óbvio trocadilho, masterclass sobre safadeza.

O caso mais evidente é do BRB,

Banco de Brasília, que pertence ao governo do Distrito Federal, dono de 71,92% de suas ações. De acordo com a Polícia Federal, diretores dos dois bancos inventaram uma operação que, entre janeiro e maio deste ano, transferiu R\$ 12,2 bilhões — bilhões, não milhões — da instituição estatal para a privada. Uma grana muito maior do que a movimentada nas bocas de fumo do Alemão e da Penha.

Entre um pix e outro, o BRB se propôs a pagar R\$ 2 bilhões por 58% do Master, que continuaria a ser dirigido pelo agora preso Daniel Vorcaro, que assim, com dinheiro público, salvaria seu banco. Uma espécie de parceria público-privada em que, mais uma vez, a grana de todos iria para os bolsos de alguns. A PPP não saiu graças à atuação do Banco Central, que impediu a jogada.

Ano passado, quem por pouco não morreu em R\$ 500 milhões foi a Caixa Asset, braço do banco federal que cuida de investimentos. Em troca de apoio no Congresso, a administração da Caixa foi cedida para partidos de uma espécie de Centrão ampliado, que incluiria até políticos do PL-raiz, fiel aos princípios, meios e fins que norteiam a carreira de Valdemar Costa Neto. A parada não saiu porque dois gerentes — Daniel Cunha Gracio e Maurício Vendruscolo, importante citá-los - foram contra. Como prêmio, eles perderam seus cargos. Já o fundo de previdência do Estado do Rio comprou cerca de R\$ 1 bilhão em papéis do Master.

É compreensível que pessoas físicas volta e meia se sintam tentadas a arriscar um pouco mais, a buscar

investimentos que prometam maior rentabilidade. A existência do Fundo Garantidor de Crédito, que banca o pagamento de investimentos de até R\$ 250 mil, colabora para minimizar ou eliminar eventuais perdas. Mas é inconcebível que entes públicos coloquem dinheiro na boca desse tigrinho, eles sabem com quem estão lidando.

Ainda não são conhecidas todas as faces da pirâmide do Master, mas, por enquanto, não se tem notícia de grandes empresas privadas que tenham sido lesadas; quem assumiu o risco foi, principalmente, a área pública. Assim como no caso da megaoperação policial, a identificação dos mortos virá aos poucos, mas não deve demorar muito para que os corpos engravatados do desenho ganhem rostos.